

## SOBRE ALGUNS CAMINHOS DA PRAGMÁTICA

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães  
UNICAMP  
PUC - Campinas

O. Os estudos sobre a linguagem têm incluído há muito e, de modo mais intenso, nos últimos 30 anos, estudos que têm sido colocados como objeto da pragmática. No entanto tais estudos, como de resto qualquer outro tipo de reflexão sobre a linguagem, não se apresenta e nem poderia, como um conjunto monolítico e único. Assim, podemos dizer que os estudos sobre a linguagem abrigam hoje diversas pragmticas.

Procurando fazer uma generalização capaz de nos permitir, depois, distinguir diversos caminhos que a pragmática tem assumido, parece podermos dizer que ela estuda a relação dos (usuários) da linguagem com a linguagem. Procuraremos, aqui, percorrer alguns dos caminhos dos estudos pragmáticos, notadamente aqueles que têm tido repercussão na lingüística brasileira e que têm influído na constituição da pragmática como disciplina lingüística. Será interessante, também, observar em que medida estão ligadas a alteração na constituição do objeto da pragmática e a alteração nas hipóteses sobre a natureza da linguagem.

1. Poderíamos dizer que a história da Lingüística é, de algum modo, pelo menos, a história das mudanças no estabelecimento do seu objeto. Nos últimos tempos, dos fins da década de 50 até aqui, têm-se avolumado as considerações sobre a linguagem que passam a incluir, no objeto da Lingüística, aspectos que têm sido tratados como pragmáticos e que são, às vezes, estudados pelo componente pragmático da teoria lingüística.

Esta consideração dos aspectos pragmáticos tem, no entanto, uma história mais antiga. E para não sair dos limites relativos ao tempo da chamada lingüística moderna, podemos dizer que isto remonta ao filósofo americano Charles S. Peirce, (1) um dos iniciadores da semiótica. De qualquer forma, é no século XX, com Morris, em 1938, (Morris,

sujeito =  
usuário  
linguagem = instrumento

1976) e Carnap (1942) que se fala na consideração de um componente pragmático para uma teoria dos signos.

Como se observa, a consideração do aspecto pragmático na linguagem se inicia fora da Lingüística. E se desenvolve também fora da Lingüística, nos estudos dos lógicos ou filósofos da linguagem. Assim é que nomes como Bar-Hillel (1954), Austin (1962), Grice (1972, 1975), Searle (1972), Stalnaker (1972) são freqüentemente ligados aos problemas da pragmática.

2. Procuremos, então, identificar alguns dos caminhos da pragmática. Parece razoável dizer que uma das fontes da Pragmática são algumas das colocações de Peirce sobre o signo. Segundo ele "um signo, ou representamen, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém" (Peirce, 1972, p. 94).

Desta forma, para Peirce, o funcionamento de algo como signo envolve o signo, aquilo que o signo representa e aquele para quem o signo representa algo. E isso coloca em pauta a consideração do usuário do signo como fundamental para seu estudo.

Há, ainda, em Peirce, um outro aspecto que também pode ser tomado como fonte para a pragmática. Ao classificar os signos, Peirce distingue, entre as suas diversas tricotomias, uma que opõe o ícone, o índice (ou indicador) e o símbolo. Destes três tipos de signo cabe ressaltar aqui o que ele chamou de índice. Segundo Peirce

"Um indicador é um signo que se refere ao objeto que denota em razão de ver-se realmente afetado por aquele objeto" (Peirce, 1972, p. 101).

Em outro ponto nos diz que o índice é

"um signo, ou representação, que se refere a seu objeto não tanto em virtude de qualquer similaridade ou analogia com ele, nem por estar associado a caracteres gerais que tal objeto eventualmente possui, mas porque se coloca em conexão dinâmica (inclusive espacial) com o objeto individual e, por outro lado, com os sentidos ou memória da pessoa para quem ele atua como um signo" (Peirce, 1972, p. 131).

Nota-se, então, que Peirce já colocava o problema de que há signos que são interpretados somente em relação aos objetos da situação na qual alguém (o usuário) faz uso da linguagem.

A partir destas fontes podemos dizer que se configuram duas direções para a Pragmática. Uma que considera o usuário somente para determinar a relação da linguagem com o mundo (referência), e outra que considera o usuário enquanto tal na sua relação com a linguagem. A

segunda destas direções se desdobra numa terceira, que se configura a partir da filosofia da linguagem ordinária.

2.1. Começemos pelo tipo de Pragmática (que chamaremos indicial) que subordina o usuário ao problema da referência. Consideremos, inicialmente, "Expressões Indiciais" de Bar-Hillel (1954) (2). Neste texto ele se preocupa, fundamentalmente, em determinar como o contexto é necessário ou contribui para a especificação do valor de verdade de sentenças.

Em "Expressões Indiciais", Bar-Hillel tenta mostrar como, para se determinar a verdade de sentenças como

(1) Este carro é amarelo.

(2) Eu viajo hoje.

que ele chama de sentenças indiciais, não basta um conhecimento geral sobre o conteúdo de tais sentenças, mas é preciso mais. Quanto a (1), é preciso saber o lugar em que se disse (1), para se poder decidir sobre o carro referido, e então se poder decidir se a proposição expressa pela sentença é verdadeira ou falsa. Quanto a (2), é necessário saber quem disse a sentença, em que dia ele disse a sentença, para se poder decidir sobre a questão do valor de verdade da proposição expressa pela sentença.

Esse tipo de Pragmática seria do tipo que teria como fonte o signo indicial de Peirce e um compromisso com a semântica lógica, ocupando-se, como esta, do problema da referência de proposições, ou seja, do valor de verdade de proposições. E é nesta direção que se desenvolve o trabalho de Stalnaker (1972) (3). Ele diz que a Pragmática estuda os atos de fala e a relação das sentenças com o contexto. Mas se ocupa, fundamentalmente, deste último aspecto. De modo que o seu trabalho está, também, preocupado em mostrar como é necessário considerar o contexto para se poder determinar o valor de verdade de proposições.

Observando o desenvolvimento da Lingüística, podemos dizer que, por exemplo, Jakobson (1963) (4) e Benveniste (1966a) e (1966b) se ocuparam de problemas semelhantes. Há, no entanto, algumas diferenças a se ressaltar. Jakobson faz um estudo de certos signos, os shifters, como símbolos-índice, sem, contudo, vincular-se aos compromissos da semântica lógica. Benveniste, também, não procurava determinar a dependência contextual de sentenças como (1) e (2) para assim poder dar as condições de decidir sobre o valor de verdade de proposições. Ele estava procurando mostrar que a língua tem formas tais que possibilitam a alguém assumir-se como locutor apropriando-se da linguagem. E de tal modo que, por apropriar-se da linguagem, funda sua subjetividade na medida em que, podendo dizer-se EU, pode dizer TU(VOCÊ) para um outro, constituído, então, como interlocutor.

Aqui está, na verdade, uma das fontes do que trataremos a seguir como Semântica da Enunciação.

Podemos, então, dizer que a pragmática indicial (e dela excluimos trabalhos como os de Jakobson e Benveniste) se ocupa da relação linguagem-usuário somente na medida em que esta relação precisa ser considerada para se determinar a relação linguagem-mundo (referência). Esta é, portanto, uma pragmática fundamentalmente subsidiária da semântica, já que tudo gira em torno da questão da referência.

2.2. Um outro tipo de Pragmática é o que se define, por exemplo, no texto de Morris (1976) (5). Para ele a Semiótica estuda a semiose. Ou seja, o processo pelo qual algo funciona como signo para alguém. E o estudo da semiose deve ser feito em três dimensões: a sintática, a semântica, e a pragmática. A dimensão sintática estuda a relação de signo com signo. A dimensão semântica estuda a relação dos signos com os objetos. Na própria formulação de Morris: "A semântica trata das relações dos signos com seus "designata" e também com os objetos que eles podem denotar ou realmente denotam" (Morris, 1976, p. 38); E a dimensão pragmática estuda a relação dos signos com seus intérpretes (Morris, 1976, p.50). E esta relação é feita pela consideração do que Morris chama interpretante. E para ele o interpretante do signo

"é o hábito do intérprete em responder, por causa do veículo do signo, a objetos ausentes que são relevantes para uma situação problemática presente, como se estivessem presentes."  
"Idem, p. 53)

E nos diz ainda

"A regra semântica tem, como seu correlato, na dimensão pragmática, o hábito do intérprete de usar o veículo do signo sob certas circunstâncias." (idem, p. 54).

O que se observa aqui, então, é que Morris considera que o que a Pragmática deve levar em conta é o hábito do intérprete em usar o veículo do signo. Desta forma somos levados a dizer que, para Morris, o intérprete aprende o valor pragmático do signo por conviver em situações em que o signo é usado. Desta maneira ele cria um hábito que o leva a usar o signo em virtude e de acordo com este hábito. Esta é uma teoria que poderíamos chamar de behaviorista e que, nos parece, Grice qualificaria (tal como fez com a teoria de Stevenson (Grice, 1972) de uma teoria causal do significado. Neste caso, o que se observa é que a relação do usuário com a linguagem é uma relação de intérprete. Ou seja, para esta teoria, o usuário do signo não é considerado em relação a outro usuário como interlocutor, mas como intérprete do signo. O termo

intérprete, então, usado por Morris, é usado por fortes motivações teóricas.

Teríamos, então, neste caso, uma vertente da Pragmática que tem como objeto a relação linguagem-usuário, mas na medida em que o usuário é visto como intérprete do signo. Esta Pragmática não se interessa, portanto, pela relação usuário-usuário. Assim, diríamos que este tipo de Pragmática focaliza a necessidade de se considerar o usuário do signo formulada por Peirce. E, como Peirce, considera o usuário como intérprete.

2.3. Uma terceira vertente da Pragmática é a que considera o usuário como interlocutor. Esta vertente, por sua vez, se desenvolve em três direções. A primeira delas é a que chamaremos aqui Pragmática Conversacional; a segunda, Pragmática Illocucional; e a terceira, Semântica da Enunciação.

2.3.1. A Pragmática Conversacional, que pretendemos analisar agora, pode ser localizada como oriunda das colocações de Grice em "Meaning" (Grice, 1972) (6) e em "Logic and Conversation" (Grice, 1975) (7), e hoje presente em grande número de trabalhos sobre a linguagem.

Em "Meaning" Grice distingue dois tipos de significado: o significado<sub>N</sub> (significado natural) e o significado<sub>NN</sub> (significado não-natural). Para ele, esta distinção é mais interessante que a distinção entre significado natural e significado convencional. Da sua distinção, o que nos interessa aqui é o significado<sub>NN</sub>, que chamaremos simplesmente significado.

Para Grice um locutor A significa<sub>NN</sub> algo por X equivale a "A expressou X com a intenção de produzir uma crença mediante o reconhecimento desta intenção". (Grice, 1972, p.57).

Podemos notar que, neste caso, a questão do significado linguístico é considerado como função da intenção do locutor e do reconhecimento desta intenção pelo ouvinte. Aqui duas coisas a dizer: A) a questão do significado é função do usuário da linguagem, portanto a questão do significado é fundamentalmente pragmática; B) a relação signo-usuário não é considerada aqui na medida em que o usuário é intérprete.

Como dissemos, a questão do significado é definida pela intenção do locutor e pelo reconhecimento do ouvinte. Desta forma, a relação linguagem-usuário já é vista enquanto o usuário é considerado como interlocutor. Neste caso, então, a relação pragmática considerada é a relação linguagem-usuário enquanto estabelece a relação locutor-ouvinte.

Esta sua perspectiva é desenvolvida em "Logic and Conversa-

tion" (Grice, 1975). Neste trabalho Grice considera a existência de certos princípios gerais que regulam a maneira pela qual, numa relação de conversação, o ouvinte pode reconhecer, por um raciocínio seu, a intenção do locutor e assim depreender o significado do que ele diz.

Para Grice a conversação é regida por um princípio de cooperação. Este princípio diz que os participantes de uma conversação devem intervir na mesma segundo os propósitos e a direção que a conversação tem no momento em que ele fala. Este princípio subsume quatro máximas: quantidade, qualidade, relação e modo (Grice, 1975, p. 45-46). Para dar um exemplo tomemos a máxima da relação: *seja relevante* (Grice, 1975, p. 46). Assim o ouvinte de uma sentença como

(3) Como hoje está frio!

na situação

(3a) A conversa se passa na casa do ouvinte de (3). Locutor e ouvinte estão numa sala com todas as janelas abertas e ambos estão de agasalho e a conversa estava versando sobre futebol.

vai desenvolver um raciocínio do seguinte tipo:

- a) Eu sei que está frio e tudo indica que ele sabe que eu sei que está frio.
- b) Então, se ele diz que está frio é porque ele quer dizer outra coisa.
- c) As janelas abertas aumentam o frio da sala.
- d) Então, ele está pedindo para eu fechar as janelas (isto é relevante nesta situação).

Assim, o sentido do que o locutor diz é aquele que o ouvinte, de um certo modo, infere do que diz o locutor, considerando a situação em que o que se disse foi dito, e as máximas conversacionais.

Uma coisa importante, no entanto, a se ressaltar nesta Pragmática é que Grice dá um valor fundamental à função informativa da linguagem. E tanto é assim que ele chega a indicar a possibilidade de se considerar a máxima da qualidade (*diga a verdade*) como uma super-máxima, hierarquicamente superior às demais (Grice, 1975, p. 46). Assim, se esta é uma Pragmática que considera os usuários, enquanto interlocutores, é, ainda, uma Pragmática que considera a função informativa (referência) como fundamental na linguagem.

2.3.2. Nesta mesma linha de uma Pragmática da interlocução, temos que realçar a Teoria dos Atos de Linguagem desenvolvida, inicialmente, por Austin e, depois, por Searle, e, também, hoje presente em grande número de trabalhos sobre a linguagem.

Para Austin (1962), que se insere na tradição dos filósofos da linguagem ordinária, como o segundo Wittgenstein (8), a linguagem não

é usada basicamente para informar, mas para realizar vários tipos de ação. Desta forma, Austin desloca a tradição da semântica lógica de que o que interessa no significado das sentenças é seu valor de verdade. Assim, se o presidente de uma assembléia diz algo como

(4) Declaro encerrada a sessão.

não há nenhuma pertinência em se querer saber se esta frase é verdadeira ou falsa. Interessa saber se ela é adequada à situação. Ou seja, interessa saber se o locutor tinha competência (jurídica) para dizer (4); se a frase foi dita no momento oportuno, etc. E Austin nos diria mais: dizer (4) não é, então, informar sobre o encerramento da sessão, é encerrar a sessão.

No espaço de considerações deste tipo, Austin chegou à distinção de três tipos de Ação lingüística: os atos locucionais, os ilocucionais, e os perlocucionais. Destes, os atos ilocucionais tornaram-se o centro de grande número de trabalhos sobre a linguagem. Este tipo de ação lingüística não é uma ação que é consequência do que se diz. A ação ilocucional é feita ao se dizer o que se diz. Assim, dizer (4), como ressaltamos antes, é encerrar a sessão. E estas ações ilocucionais são ações lingüísticas que envolvem o interlocutor, pois quando se encerra uma sessão ao se dizer (4), encerra-se a sessão tirando dos ouvintes de (4), participantes da reunião, qualquer possibilidade de tomar decisões a partir de então.

Estas considerações sobre o tratamento da linguagem como ação são, também, desenvolvidas por Searle que procurou estabelecer as regras segundo às quais se realizam os diversos atos ilocucionais. Para ele há quatro tipos de regras para tais atos: de conteúdo proposicional, preliminar, de sinceridade e essencial (Searle, 1972, p.98-114)(9). E a formulação destas regras mostra claramente que se leva em conta a relação locutor-ouvinte. Observem-se, por exemplo, as regras de conteúdo proposicional e essencial do ato de pedir. Regra de conteúdo proposicional: ato futuro C do ouvinte. Regra essencial: resulta em tentar conduzir o ouvinte a realizar C. (Searle, 1972, p. 108).

É interessante notar, no entanto, que Searle recoloca a necessidade de se determinar o valor de verdade das proposições. Há, porém, que se realçar três aspectos. A) um enunciado, para ele, inclui sempre um ato ilocucional e os atos proposicionais: ato de referência e ato de predicação. Os atos referencial e predicativo se realizam no interior de um ato ilocucional. B) Pelo que se disse em A, já se nota que a referência e a predicação não são propriedade das palavras, mas é uma ação do locutor. Ou seja, a referência e a predicação são realizadas pelo locutor, para um ouvinte determinado, em circunstâncias determinadas C) Assim, a determinação do valor de verdade das proposições, ao la

do de ser relativa só à proposição, é ainda, fundamentalmente, uma questão pragmática. Neste caso, a Pragmática, mesmo o seu aspecto que trata dos problemas que definem o valor de verdade das proposições, não é subsumido pela semântica. Pelo contrário, a questão tratada tradicionalmente pela semântica é aqui considerada com fundamentalmente pragmática.

E bom lembrar ainda que, para Searle, as duas questões seguintes estão necessariamente ligadas (Searle, 1972, p.55).

A) "Como a significação dos diferentes elementos de uma frase determina a significação da frase inteira?" (Katz, 1966)

B) "Quais são os diferentes tipos de atos de linguagem realizados pelos locutores quando falam?" (Austin, 1962).

Ou seja, a significação de uma frase está ligada à realização dos atos de linguagem pelos locutores quando falam.

Ainda a se ressaltar em tudo o que se disse nesta parte é que esta Pragmática, que poderíamos chamar Pragmática Illocucional, considera como fundamental a questão da intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte, é verdade que Searle faz alguns reparos às colocações de Grice, embora se valha inicialmente delas. Deixaremos, aqui, esta discussão de lado. Para percorrê-la ver Grice (1972) e Searle (1972, p. 83-91).

Esta Pragmática é, também, portanto, uma Pragmática da relação locutor-ouvinte, tal como em Grice, mas diversa num aspecto. A Pragmática Illocucional não considera a função informativa como a função fundamental da linguagem. Aqui a linguagem é vista como ação entre interlocutores.

2.3.3. Vindo de Austin e Benveniste, como fontes imediatas, gostaríamos de considerar aqui o tipo de Pragmática desenvolvida por Ducrot, Anscombre e Vogt, entre outros. Esta é uma via que poderíamos chamar de Semântica da Enunciação. (10)

Para Ducrot há dois aspectos que parece necessário ressaltar. O primeiro é que, para ele, numa vertente vinda de Benveniste, o locutor, ao produzir seu discurso, se constitui como locutor, constituindo, ao mesmo tempo, seu interlocutor. O segundo aspecto é que, para Ducrot, é fundamental a concepção da linguagem como ação e, de modo particular, a importância da ação illocucional. Cabe notar, no entanto, sua concepção do ato illocucional como um ato jurídico (Ducrot, 1972, 77) através do qual o locutor altera sua relação com o destinatário. (11) Por exemplo, se um chefe diz a seu subordinado

(5) Feche a porta.

o destinatário de (5) tem sua relação com o locutor alterada. Depois de

(5) o destinatário está na situação de cumprir ou não uma ordem do locutor. Situação na qual não se encontrava antes. Então, ao dizer (5) o locutor mudou sua relação com o destinatário (e vice-versa) que ele constituiu para sua enunciação.

Dentro deste quadro, Ducrot (1972, p.69-101) procura caracterizar a pressuposição como ato illocucional pelo qual o locutor estabelece o quadro dentro do qual o discurso deve se desenvolver. Assim, o dizer do locutor estabelece os limites do próximo dizer do destinatário que se fará locutor na sequência do discurso. O uso do conceito de polifonia (Ducrot, 1982), para tratar da pressuposição, não parece alterar o aspecto que aqui ressaltamos.

Assim, se alguém diz

(6) Maria continua fumando.

pressupõe

(6a) Maria fumava.

E ao pressupor (6a) estabelece que o dizer do outro deve se dar dentro deste quadro. Ou seja, o interlocutor não poderia dizer algo como

(6b) João comprou um livro

e talvez nem mesmo

(6c) Maria viajou ontem.

Mas seria natural dizer

(6d) Ele precisa se cuidar.

que pode ser entendido como respeitando o pressuposto *Maria fumava*.

Colocando-se, também, neste espaço de considerações, está o trabalho de Carlos Vogt. É interessante observar, no entanto, sua concepção de ato illocucional como uma ação dramática. Assim, a ação illocucional é uma ação na qual o locutor se representa de um certo modo na sua relação com o interlocutor (Vogt, 1980). Esta concepção de ato illocucional tem interessantes repercussões sobre sua caracterização e possibilita resolver adequadamente problemas como o da caracterização da ordem como um ato que exige uma relação hierárquica previamente estabelecida. E se sabe que não são só as pessoas consideradas superiores hierarquicamente que dão ordens, mas na verdade a pessoa que se representa, numa dada situação, como superior ao ouvinte por ela constituído.

Há ainda outros aspectos interessantes desenvolvidos por esta perspectiva teórica. Uma delas é a noção de argumentação e, ao mesmo tempo, a hipótese de que a linguagem é fundamentalmente dialogica, que, de um certo modo, já está contida na concepção de ação illocucional de Ducrot e Vogt.

Assim, por exemplo, observemos um possível diálogo como

(7) L1 - Ele é responsável por tudo isso.

L2 - Mas não deve ser acusado formalmente.

L1 - Eu não disse que ele devia ser acusado.

A observação de (7) nos leva à necessidade de interpretar a enunciação de L2 como dizendo

(7a) Você diz que ele é responsável e que, portanto, deve ser acusado. Eu concordo que ele é responsável, mas não deve ser acusado.

Esta interpretação é, na verdade, a que poderíamos dizer que L1 fez do que disse L2. Pois só assim se pode entender o segundo turno de L1 em (7).

Este tipo de fato, que um tratamento argumentativo tornaria mais organizado, mostra como, no dizer de L2, há (ou, pelo menos, que L1 reconhece na fala de L2):

(a) o dizer de L1;

(b) uma atribuição de sentido, por L2, ao que disse L1.

E o segundo turno de L1 contém:

(a) o dizer de L2;

(b) uma atribuição de sentido, por L1, ao que L2 disse;

(c) L1 atribui, à fala de L2 que L2 lhe atribuiu um certo dizer.

Tudo isso, então, nos leva às conclusões que seguem sobre a Semântica da Enunciação. Neste caso, tem-se uma Pragmática da relação locutor-ouvinte, mas isto é levado a uma radicalidade. Temos uma Pragmática dialógica. Aqui se desfigura, totalmente, a Pragmática como a relação signo-intérprete. O aspecto pragmático é, então, tratado como fundamental para a significação. Mais especificamente, a relação dialógica é fundamental para a significação.

3. O que se pode observar, do percurso que acabamos de esboçar, é que as considerações pragmáticas vão desde as que subordinam a Pragmática à Semântica Lógica, até aquelas que não distinguem Semântica de Pragmática. Este é o caso, por exemplo, da Pragmática Illocucional do tipo de Austin e Searle e da Semântica da Enunciação. Ducrot, por exemplo, não distingue um componente puramente semântico de um componente puramente pragmático. Embora, nesta mesma perspectiva Vogt distinga estes componentes, dando, no entanto, ao componente pragmático, um valor central na sua teoria apresentada em "Pragmática das Representações" (Vogt, 1980).

É interessante observar que as diversas Pragmáticas incluem tanto uma Pragmática que se fixou no aspecto indicial do signo peirceano, combinado com um compromisso com a Semântica Lógica, quanto Pragmáticas que foram tornando cada vez mais central a figura dos usuários da linguagem, que se configuram, então, plenamente, como interlocutores. E esta vertente leva à concepção dialógica da linguagem.

4. Antes de terminar parece interessante nos reportarmos ao espaço interdisciplinar que se configura nos limites da Pragmática, especificamente nos limites da Semântica da Enunciação. Tomaremos aqui alguns aspectos desenvolvidos pela Psicolinguística e pela Análise de Discurso.

Quanto à Psicolinguística, gostaria de referir aqui um trabalho de Claudia Lemos (1982) onde ela procura mostrar como o processo de aquisição da linguagem é antes de tudo interacional. Lemos, C. nos relata o que segue.

Havia uma brincadeira de acender isqueiro entre adulto e criança de um ano e seis meses. A brincadeira consistia no seguinte:

"O adulto, após acender o isqueiro, comentava enfaticamente para a criança: "Acendeu!" "

Havia também a brincadeira de acender a luz do Hall do elevador. A criança começa a usar *acender* nesta situação. Uma segunda fase no uso desta forma se dá como se mostra abaixo

(8) Criança se encaminha para o elevador. A luz do Hall está apagada.

criança: cendeu. cendeu (olhando para o teto e para o adulto)

adulto: você, qué acendê a luz, qué?

Discutindo este tipo de uso de *acendeu* pela criança, em relação a um conjunto maior de fatos considerados, Claudia Lemos conclui que o que se pode dizer de dados como estes

"é que eles representam um processo de decontextualização caracterizável como uma atividade exploratória da criança sobre os vários aspectos do segmento do mundo físico, recortado pelo esquema interacional do qual fazia parte a forma linguística incorporada" (Lemos, 1982, p. 106).

Então a comunicação da criança e seu procedimento para o conhecimento do mundo são realizados pelos esquemas interacionais da criança com o adulto. Desta forma, este tipo de trabalho da Psicolinguística corrobora a hipótese do caráter fundamental do aspecto pragmático dialógico da linguagem.

Quanto à Análise de Discurso, é interessante notar que trabalhos como os de Pêcheux (1969) tratam a relação locutor-ouvinte como fundamental para a significação. Mas as considerações deste tipo de Análise de Discurso preconizam a necessidade de se levar em conta esta relação dentro do que ele chama condições de produção do discurso, que inclui a necessidade de se considerar a ideologia no tratamento do discurso.

Também incluindo a ideologia no tratamento do discurso e tra-

tando, ainda, a questão da relação locutor-ouvinte numa versão dialógica, temos os trabalhos de Eni Orlandi. No texto "A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso" (Orlandi, 1979), ela considera o fato de que na teoria da enunciação de inspiração benvenistiana se tem a transcendência do EU sobre o TU. Ou seja, neste tipo de formulação, o TU é simplesmente aquele que vai ser EU. Portanto, o TU, enquanto tal, não é constitutivo da linguagem. Por outro lado, Orlandi procura mostrar que na retórica se tem a dominância do TU. Sua proposta, em contrapartida, é de que a hipótese sobre a relação EU-TU seja realmente dialógica. De modo que se considere um processo entre o EU e o TU na constituição do discurso, que não seja visto, simplesmente, como mera troca de turnos. Assim, seus trabalhos consideram o interlocutor como "marcado" ideologicamente, mas, ao mesmo tempo, consideram que o discurso se dá como processo entre interlocutores e que, portanto, a relação discurso-ideologia não é uma relação mecânica.

Em "Tipologia do Discurso e Regras Conversacionais" (Orlandi, 1981), a autora discute, inclusive, a necessidade de superação dos quadros da Pragmática Conversacional e Illocucional referidas anteriormente. Para a autora, a consideração da tipologia do discurso como um processo negociado na interlocução é que estabelece condições para a constituição e interpretação do discurso. Isto quer dizer que, para ela, não há regras prévias como, por exemplo, as máximas de Grice.

5.1. O percurso que fizemos nos levou a cinco tipos de pragmática. Ou seja, a três tipos, sendo que o terceiro apresenta três direções.

1.o) A Pragmática Indicial que toma a relação linguagem-usuário enquanto necessária para tratar a relação linguagem-objeto. Ou seja, uma Pragmática subsidiária da Semântica Lógica. Este tipo de Pragmática só pode tratar de atos como os de ordenar, perguntar, etc., como derivados do ato de informar. É o caso de Bar-Hillel, por exemplo.

2.o) A Pragmática que toma a relação linguagem-usuário considerando o usuário como o intérprete do signo. É, por exemplo, o caso de Morris.

3.o) A) A Pragmática Conversacional que toma a relação linguagem usuário considerando o usuário como um interlocutor. Isto é feito pela consideração da intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte como o elemento fundamental do significado. Aqui se localizam trabalhos como os de Grice.

Ressalte-se que para Grice a função fundamental da linguagem é a informativa e que, portanto, tal como na Pragmática Indicial, atos como os de ordenar, perguntar, etc, só podem ser tratados como derivados do ato de informar.

B) A Pragmática Illocucional que toma a relação linguagem-

-usuário considerando, também, o usuário como um interlocutor. Isto aparece, tal como na Pragmática Conversacional, considerando a intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte como um elemento fundamental do significado. Há que se ressaltar, no entanto, que, nesta Pragmática, a linguagem é vista como uma forma de ação entre locutor e ouvinte. Neste caso considera-se que várias são as ações que se podem realizar: informar, perguntar, ordenar, prometer, etc. E a função informativa não é vista como a função fundamental da linguagem.

C) Este quinto tipo, a Semântica da Enunciação, é um desenvolvimento dos tipos referidos em A e B. Aqui os usuários são, também, vistos como interlocutores e a linguagem é vista como um modo de ação. Mas, mais que isso, a significação é considerada como fundamentalmente dialógica. Ou seja, o *outro* (destinatário) está sempre presente no sentido do que alguém diz.

5.2. Há que se lembrar, também, o diálogo da Pragmática com a Psicolinguística e a Análise de Discurso que tem levado a importantes resultados. Seria bom, aqui, ressaltar que se poderia percorrer outras zonas de contato: com a Sociolinguística, com a Antropologia, por exemplo.

Finalizando, o que podemos observar, pelo percurso feito, é que a redefinição da Pragmática é uma redefinição do objeto da Linguística, ou de outras disciplinas que se ocupam da linguagem. E isto é, em última instância, uma discussão sobre a própria natureza da linguagem.

## NOTAS

- ( 1) Nasceu em 1848 e morreu em 1925. Seus trabalhos só foram publicados postumamente.
- ( 2) Há uma tradução brasileira de Rodolfo Ilari em Dascal, M. (1982)
- ( 3) Há uma tradução brasileira de Marco Antônio de Oliveira em Dascal, M (1982).
- ( 4) O original inglês, "Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb", é de 1957.
- ( 5) A edição original é de 1938.
- ( 6) A edição original é de 1957.
- ( 7) Este texto foi, inicialmente, apresentado em 1967 nas H. Paul Grice's William James Lectures, na Harvard University. Há uma tradução brasileira de João Wanderley Geraldi em Dascal, M. (1982).
- ( 8) Para Wittgenstein "a significação de uma palavra é seu uso na linguagem" (Wittgenstein, 1975, p. 32). Este texto foi publicado postumamente em 1953.

- (9) A edição original é de 1969.
- (10) Considera-se que, mesmo o tratamento dos implícitos, numa linha de certo modo ligada a "Logic and Conversation" (Grice, 1975), é adaptado a estas fontes mais decisivas para os trabalhos dos lingüistas ora referidos. Para este tipo de Pragmática, um implícito não pode ser tratado, simplesmente, como uma informação que se infere de outra informação dada explicitamente.
- (11) Não estamos considerando aqui as interessantes distinções, feitas em "Analyse de Texte et Linguistique de l'Énonciation" (Ducrot, 1982, p. 35 e 38), entre locutor/alocutário; falante/ouvinte; enunciador/destinatário.

## BIBLIOGRAFIA

- Austin, J.L. (1962) *How to Do Things With Words*. Oxford, Clarendon Press.
- Bar-Hillel, Y. (1954) "Indexical Expressions", *Mind*, 63:359-76.
- Benveniste, E. (1966a) "La Nature des Pronoms". *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris, Gallimard, p. 251-257.
- Benveniste, E. (1966b) "De la Subjectivité dans le Langage". *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris, Gallimard, p. 258-266.
- Carnap, R. (1942) *Introduction to Semantics*. Mass, M.I.T. Press.
- Dascal, M. (org) (1982) *Pragmática*. Fundamentos Metodológicos da Lingüística, IV. Campinas.
- Ducrot, O. (1972) *Dire et ne pas Dire*. Paris, Hermann. Trad. Bras. de C. Vogt, R. Ilari, R. Figueira. *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- Ducrot, O. (1982) "Analyse de Textes et Linguistique de l'Énonciation". *Les Mots du Discours*. Paris, Minuit, p. 7-56.
- Grice, H.P. (1972) "Meaning". Steinberg, D. e L. Jakobovits. *Semantics*. Cambridge University Press, p. 53-59.
- Grice, H.P. (1975) "Logic and Conversation". Cole, P. e J. Morgan. *Syntax and Semantics*, V. 3. New York, Academic Press, p. 41-58.
- Jakobson, R. (1963) "Les Embrayeurs, les Catégories Verbales et le Verbe Russe". *Essais de Linguistique Générale*. Paris, Minuit, p. 176-196.
- Katz, J. (1966) *The Philosophy of Language*. New York, Harper & Row.
- Lemos, C. (1982) "Sobre Aquisição de Linguagem e seu Dilema (Pecado) Original". *Boletim*, 3. Recife, ABRALIN, p. 97-126.
- Morris, C.W. (1976) *Fundamentos da Teoria dos Signos*. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca/Edusp.
- Orlandi, E.P. (1979) "A Sociolingüística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso". *Sobre o Discurso*. Série Estudos-6. Uberaba, Inst. de Letras das Fac. Integradas Sto. Tomás de Aquino, p. 36-49.
- Orlandi, E. P. (1981) "Tipologia do Discurso e Regras Conversacionais". Trabalho apresentado no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem, Campinas, Unicamp.
- Peirce, C.S. (1972) *Semiótica e Filosofia*. São Paulo, Cultrix.
- Pêcheux, M. (1969) *Analyse Automatique du Discours*. Paris, Dunod.
- Searle, J. (1972) *Les Actes de Langage*. Paris, Hermann.
- Stalnaker, R.C. (1972). "Pragmatics". Davidson, D. e G. Harman. *Semantics of Natural Languages*. Dordrecht, Reidel Publishing Company, p. 380-397.
- Vogt, C. (1980) "Por uma Pragmática das Representações". *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec/Funcamp, p. 129-163.
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações Filosóficas*. Pensadores, XLVI. São Paulo, Abril.